

GAZETA MERCANTIL

Quarta-feira, 31 de dezembro de 1986, e sexta-feira, 2 de janeiro de 1987

Brasil

Balanço de 1986: resultados que justificam esperanças

Ao encerrar-se o ano de 1986, cumpre fazer um balanço para avaliar o desempenho passado e extraer ensinamentos para o ano que se inicia. Com a visão das experiências próprias vividas durante o ano, o balanço de diferentes pessoas poderá conduzir à diferentes resultados, mas em termos gerais, acreditamos, não se poderá negar que o Brasil deu passos à frente nos planos político, econômico e social.

Foi um ano particularmente agitado e, por isso mesmo, gratificante, por ter mostrado aos brasileiros que nenhuma dificuldade é insuperável e nenhuma crise justifica o retrocesso. No limiar da Nova República, quando o presidente eleito Tancredo Neves, sem ter assumido o cargo, faleceu após longa agonia, certamente não foram poucos os que sentiram alquebrar-lhes as esperanças, cujo somatório foi a chama que impulsionou a campanha das diretas e, depois, a caminhada rumo ao poder, mesmo pela via indireta. Mas o governo de seu vice, José Sarney, manteve de pé — é

indispensável que se reconheça — o compromisso pelas mudanças...

Não foi por outra razão que, sobretudo com o Plano Cruzado, adotado antes de completar um ano de governo, o presidente Sarney viu sua popularidade alcançar as nuvens. Sem pretendê-lo declaradamente, o Plano Cruzado acabou por promover a maior distribuição de renda já havida no País. Milhões de pessoas foram agregadas ao mercado de consumo formal, a expansão da demanda forçou o aumento da produção, o desemprego aberto baixou para o nível histórico de 3% da população economicamente ativa, houve efetivas oportunidades de ascensão na escala social, a procura de mão-de-obra elevou significativamente o salário médio real e o governo, em todos os níveis, arrecadou mais com o crescimento da economia e pôde investir mais em programas sociais.

Além de derrubar a inflação que parecia indomável, o Plano Cruzado, também sem pretendê-lo declaradamente, resgatou a cidadania e revalorizou os símbolos da nacionalidade. Com os bra-

leiros transformados em "fiscais do Sarney", deu a eles a oportunidade de uma efetiva participação na vida nacional. Houve excessos, cometaram-se injustiças contra comerciantes honestos, mas aqueles primeiros momentos do congelamento de preços serviram, inegavelmente, para difundir a noção dos direitos individuais, obscurecida por duas décadas de autoritarismo.

Cavalgando a euforia, o principal partido de sustentação do governo, o PMDB, obteve uma vitória consagradora nas eleições de novembro. O pleito registrou uma abstenção extraordinariamente reduzida, a demonstrar o desejo de participação da população, e nele concorreram partidos políticos antes proscritos, com candidatos próprios para a Constituinte. Hoje, após o denominado Plano Cruzado II, há quem veja o PMDB como um gigante de pés de barro e o Plano Cruzado original como algo que não passou de um engodo político para assegurar a sustentação do governo no poder.

E verdade que as medidas de ajustamento do Cruzado II deve-

riam ter sido tomadas antes, talvez já na altura de julho, quando se instituiram os empréstimos compulsórios. Houve um sentido de oportunismo político no retardamento de decisões necessárias, o que contribuiu para a generalização do ágio, no mercado interno, e a perigosa redução dos superávits comerciais e das reservas cambiais, no plano externo. Todavia, isso não basta para sentenciar o fim do Plano Cruzado nem é motivo para tripudiar sobre as mais caras esperanças da população.

A inflação neste momento rerudescce, mas ainda assim ela fechou o ano com um acumulado de menos de 80% no Índice de Preços ao Consumidor (IPC), quando teria chegado, seguramente, a 400 ou 500% sem o Plano Cruzado. A economia, apesar dos percalços, registrou talvez o maior crescimento dos últimos dez anos, com uma taxa próxima de 9%. Há produção, há consumo, há emprego. Não há motivo para catastrofismos, portanto, mas sim para manter bem acesas as esperanças.